

Europa

Entre a fadiga democrática e a política do medo

Jacques Rupnik

A passagem de Le Pen à segunda volta das eleições presidenciais em França foi um choque para os franceses e para os europeus. A ascensão dos partidos de extrema-direita não é um fenómeno exclusivamente francês, mas reveste-se aqui de algumas características especiais, traduzindo não só uma crise institucional e constitucional, mas também uma crise, mais profunda, da representação política.

Na manhã após Le Pen, a França oscilou entre o alívio e a redenção. Mais uma vez, um líder gaullista tinha salvo a honra da República da ameaça do extremismo de extrema-direita: tal como De Gaulle contra o regime de Vichy, em 1940, como, 20 anos depois, na época da guerra da Argélia, a 5 de Maio Jacques Chirac apresentou-se como o último bastião da democracia ...Esta é a narrativa heróica da impressionante vitória (82%) nas eleições presidenciais francesas. A versão alternativa, mais complacente, vê-as como a conclusão de uma quinzena de psicodrama, no qual os franceses se encontram periodicamente, uma medida das suas esperanças utópica (como no Maio de 1968) ou, agora, dos seus medos e pesadelos. Ambas as versões são enganadoras e devem ser ignoradas. Chirac não é De Gaulle; ele é tão “gaullista” como o seu predecessor, François Mitterrand, era “socialista” – um tecnocrata habilidoso e pragmático projectado para a postura inverosímil de salvador da democracia. Nem deve o suspiro de alívio que se seguiu à tempestade levar alguém a acreditar que os políticos franceses podem agora regressar à normalidade do business as usual. Tanto o choque da primeira volta, com o primeiro-ministro Jospin a ser afastado da corrida por um xenófobo demagogo, reduzindo a corrida presidencial a uma luta entre a direita e a extrema-direita, como a formidável mobilização cívica, particularmente das gerações mais novas, que se seguiu, sugere que algo mais significativo (e há muito esperado) pode estar a aparecer: o regresso da política. Como se, mesmo que brevemente, toda a gente tivesse (graças ao fenómeno Le Pen) tomado consciência das vulnerabilidades da democracia, mesmo no país que proclama que a inventou (ou quase).

Esta não foi uma eleição presidencial normal. Foi um referendo sobre os compromissos básicos para com os valores democráticos e a sociedade aberta. Daí a maciça participação, mesmo daqueles que se tinham absterido na primeira volta (quase 30%) ou tinham votado nos partidos da extrema-esquerda (15%). Uma estranha mistura de votantes da esquerda, que consideravam Jospin demasiado aborrecido ou demasiado moderado, ajudaram à vitória retumbante de um candidato de direita que, duas semanas antes, tinha recebido a menor votação de sempre (20%) para uma recandidatura de um Presidente em exercício desde que a V república foi criada, em 1958! Nada como ver Le Pen rodeado de indivíduos de camisa preta e de cabeça rapada, a comemorarem Joana D'Arc e a falarem de fecho de fronteiras e de sair da União Europeia, para fazer os jovens, os desiludidos ou os indiferentes votarem Jacques Chirac.

O que nos leva ao segundo paradoxo: quanto mais votos Jacques Chirac recebeu, menos eles lhe pertencem. Na realidade, a eleição enfraqueceu a presidência e trouxe para a luz do dia uma crise institucional, combinada com uma crise mais profunda da representação política. Ambas estão relacionadas (e são parcialmente responsáveis) com o crescimento do populismo de extrema-direita em França, como também noutros países europeus.

A maior baixa da última eleição presidencial foi (com o devido respeito por Jospin) a Constituição da V República. O presidencialismo feita à medida de Charles de Gaulle, a “monarquia republicana”, como tem sido designada, foi uma resposta à ineficácia da fraca, fragmentada e instável IV República. Após quarenta anos e o choque de 21 de Abril, a velha doença está de volta: um executivo fraco e dividido e uma cena política fragmentada. Houve 16 candidatos presidenciais (incluindo 3 trotskistas rivais, que no conjunto tiveram 12% dos votos) na primeira volta. As origens da crise remontam a 1986, quando surgiu pela primeira vez a “coabitação” entre um Presidente socialista (Mitterrand) e um primeiro-ministro gaullista (Chirac), e quando a Frente Nacional de extrema-direita entrou no Parlamento. Ambos os factos provaram ter resultados desastrosos.

Convém recordar que foi Mitterrand que introduziu a representação proporcional nas eleições de 1986, assegurando assim que a Frente Nacional estivesse representada no Parlamento, para enfraquecer as possibilidades de governar da direita respeitável. Assim, era suposto Le Pen bloquear o acesso da direita ao poder, ao mesmo tempo que conferia à esquerda uma identidade “anti-fascista”, numa era pós-ideológica. A ironia, como é

claro, é que agora foi Jospin que foi derrotado por Le Pen e pelo velho esquema de Mitterrand.

Ainda mais importante, a repetida prática da “coabitação” desde 1986 (o poder executivo como um monstro de duas cabeças que puxam em direcções opostas ou que, na maior parte do tempo, se neutralizam uma à outra) deturpou completamente o espírito das instituições da V República. Imaginemos como seria se o Presidente George Bush tivesse Al Gore (ou Bill Clinton) à frente da sua administração!

Assim, a França tem um recém eleito presidente com 82% dos votos, mas cujo poder efectivo depende das próximas eleições legislativas. O legado de De Gaulle está totalmente virado do avesso, e agora restam duas hipóteses: ou há uma vitória da direita, o que poderá restaurar alguma consistência e dar um novo alento a um presidencialismo enfraquecido, ou, opção que não pode ser afastada, há uma vitória da esquerda (“primeiro tratamos dos fascistas, depois dos vigaristas”, como entoavam os manifestantes do Primeiro de Maio), prenúncio do advento de uma VI República – um sistema parlamentar com eleição directa do primeiro-ministro e de um presidente que “reina mas não governa”. A crise institucional e constitucional faz parte de uma crise mais profunda da representação política, responsável pela emergência do desafio populista extremista. A “coabitação”, ou seja, a partilha de poder entre a direita e a esquerda moderadas, produz, à la longue, uma profunda insatisfação e desafeição da política. O voto na primeira volta das eleições presidenciais francesas dividiu-se genericamente em três: um terço dos votos para os partidos do mainstream, um terço para os radicais de esquerda e de direita, um voto de rejeição do sistema, e um terço de abstenção. Isto, em qualquer caso, representa um voto maciço de desconfiança face à classe política. Desde o século XIX que os políticos franceses se dividem entre o “Partido da ordem” e o “Partido do movimento”, com uma divisão política clara, durante a maioria do século XX, que perdeu relevância com o fim da Guerra Fria, em 1989. Durante os últimos 20 anos, a esquerda, entrando e saindo do poder, adquiriu uma “cultura de governo”.

O centro-direito “coabitou” tão pacificamente com o centro-esquerda que as identidades políticas básicas e, não menos importante, as responsabilidades, se esbateram. Ao longo dos anos, esta situação alimentou o cinismo, a corrupção e, eventualmente, uma crise da representação política, com a sua contraparte: um desafio radical populista contra o establishment, com Le Pen a sobressair na confusão com a sua frase “Sou economicamente de direita, socialmente de esquerda e nacionalmente da França”.

Quando a divisão esquerda/direita se retirou da política francesa, foi substituída, de forma crescente, pela divisão entre as elites e o povo. Aquelas tendem a falar de “modernidade, flexibilidade, Europa”, enquanto este se sente cada vez mais deserdado dos benefícios da “globalização à americana”, da integração europeia e dos partidos políticos do centro que as apoiam. As elites franceses são endogâmicas: vêm das mesmas escolas, falam a mesma linguagem, muito distanciada, ou evitando as questões que preocupam as camadas desprivilegiadas da sociedade. As elites políticas francesas são, certamente, parte do problema mais do que parte da solução: com governos de esquerda ou de direita, sob a liderança de Juppé ou de Jospin, a maior parte dos ministros (e dos membros dos seus gabinetes) provêm da Ecole Nationale d'Administration (ENA), o que também é conhecido por “enarquia”. A menos que este sistema mude, se abra a jovens com origens sociais e culturas diferentes, a França continuará a reproduzir a perigosa combinação de elitismo arrogante e populismo descontrolado, a que se aplica o aforismo do historiador Jacques Julliard : “o elitismo é democracia sem o povo. O populismo é o povo sem democracia”.

Talvez a questão-chave que sublinha esta divisão social (bem como a passagem de parte do voto popular dos pós-comunistas para os proto-fascistas) seja a insegurança. O aumento do crime e da insegurança são agora vistos como a mais gritante desigualdade em França. A principal questão não é o local de trabalho, mas o local onde se habita. Os subúrbios de muitas cidades francesas tornaram-se algo que os franceses costumavam identificar com a América: classes marginalizadas e guetos de imigrantes, com uma violência latente e cada vez mais explícita. Agora até os partidos do mainstream reconhecem o problema como a questão central eleitoral; Jospin admitiu na campanha que tinha sido naíve ao pensar que o crescimento económico erradicaria o crime, Le Pen foi rápido a ripostar: “Eu tinha dito”, reclamando os direitos de autor sobre a identificação do crime com a imigração.

A política do medo não é, de forma alguma, uma “exceção” francesa. Na verdade, há uma tendência transeuropeia de ascensão de movimentos nacionalistas e populistas, que prosperam pela questão da “segurança” (i.e. crime e imigração), em conjunto com ferozes ataques à União Europeia e ao seu anunciado alargamento à Europa central e de leste. Esta não é, no entanto, a Europa dos anos 30, quando o nacionalismo fascista emergiu do dramático colapso da economia. É uma Europa próspera, tentada pela xenofobia. A Áustria tem um dos mais altos PNB per capita da Europa e quase nenhum desemprego,

mas também tem o partido de extrema-direita e anti-imigrantes de Jorg Haider com um quarto dos votos e no governo. Na Itália, a Liga do Norte de Bossi tem uma agenda similar, com o “estrangeiro” a significar qualquer pessoa a Sul de Roma. A extrema-direita dinamarquesa juntou-se a este “movimento” no final do ano passado. O alter ego de Le Pen na Bélgica é o Vlaams Blok da Flandres: separatista, anti-francês, anti-imigrante. Antuérpia parecia ser a capital da extrema direita europeia, mas foi recentemente destronada por outro próspero porto europeu, Roterdão, onde Pim Fortuyn arrecadou um impressionante um terço dos votos com o slogan: “A Holanda está cheia”.

A paisagem política europeia está a mudar. Três anos atrás, 12 dos 15 governos da União Europeia eram social-democratas. Agora, o pêndulo mudou para a direita e mesmo para a extrema-direita, explorando uma percepção do pós-11 de Setembro de interação entre questões de segurança internas e externas. Isto coloca novas questões e novos dilemas para os partidos democráticos do mainstream, de esquerda e de direita. À direita, tem havido, essencialmente, três respostas ao desafio populista. A primeira tem sido a de não dar qualquer hipótese, qualquer espaço para prosperar. Esta tem sido a resposta dos Conservadores britânicos, da alemã CDU/CSU e do espanhol Jose Maria Aznar.

A segunda opção é “se não os podes vencer, junta-te a eles”. Foi o que fez Schuessel na Austria, Berlusconi na Itália ou Rasmusen na Dinamarca: alianças da direita moderada com os xenófobos populistas. O argumento oficial é que é a forma de os controlar e “civilizar”. O perigo pode ser que, para o fazerem, tenham que adoptar a sua linguagem e as seus agendas. A terceira é a opção francesa, incorporada, mais do que nunca, pelo presidente Jacques Chirac : nenhum compromisso nem alianças com a extrema-direita e as suas políticas. Mas com um grande risco: que nas próximas eleições legislativas os quase 20% de votantes de Le Pen “punam” Chirac, privando-o de uma maioria e ajudando, de facto, à vitória da esquerda. A “coabitação” regressaria, como uma vingança, e tudo voltaria ao mesmo. As mesmas causas provocando os mesmos efeitos, e só podemos imaginar o que isto fará ao voto extremista na próxima vez....

Esse cenário deveria levar a esquerda a pensar duas vezes se quer usar a formidável mobilização contra Le Pen para um objectivo político imediato de voltar ao poder. Foi uma insurreição moral e cívica, no melhor sentido da palavra e não deve ser aproveitada para uma ilusória reconquista de poder, em vez da tão necessário redescoberta da política. Nas suas reflexões sobre “A Liberdade dos Antigos comparada com a dos Modernos”, Benjamin Constant contrasta o ideal da participação democrática com o conceito liberal

e moderno de fruição das liberdades e interesses individuais. Antes de embarcar noutra “coabitação” que reforçará a procura “moderna” de interesses particulares, a apatia e a redução do espaço pública, talvez a esquerda francesa devesse antes reflectir sobre a sua própria responsabilidade na presente crise, ajudando a recriar as condições para o regresso da política como uma competição com sentido para a definição do bem público.